

# Estudo Técnico Preliminar 22/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.104247/2023-24

## 2. Descrição da necessidade

2.1 O objeto da presente demanda refere-se a contratação de serviço de concessão de CNH categoria B, CNH categoria B -PCD/Especial (carro adaptado e/ou automático), CNH categoria D, CNH categoria E, bem como taxa Exerce Atividade Remunerada (EAR) e taxa de exame toxicológico, destinadas aos segurados em Programa de RP, no âmbito da Superintendência Regional Sul do Instituto Nacional do Seguro Social. Também estão incluídos neste processo a contratação de cursos de Transporte Coletivo de Passageiros e Transporte Escolar.

2.2 A contratação se justifica pela necessidade de cumprimento das obrigações legais do INSS, especialmente as expressamente constantes dos arts. 89 e 90 da Lei nº 8.213, de 24/7/1991, arts. 136 e 137 do Decreto nº 3.048, de 6/5/1999, Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022 e, em complemento à mesma, a Portaria DIRBEN/INSS n.º 999, de 28 de março de 2022, que aprova o Livro X das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios e a Portaria DIRBEN/INSS n. 1.130, de 28 de abril de 2023 que altera a portaria anterior, disciplinando os procedimentos e rotinas de reabilitação profissional no âmbito da área de benefício do INSS.

2.3 O Instituto Nacional do Seguro Social, através do serviço de Reabilitação Profissional desenvolve importantes ações na política de inclusão social dos segurados da Previdência Social. A clientela principal do programa são pessoas que, após doença ou acidente de qualquer natureza e causa, tiveram sua capacidade laborativa reduzida e necessitam ser habilitadas para exercer outra atividade que respeite sua nova condição de saúde. Para que ocorra a reintegração ao mercado de trabalho são necessárias várias ações, sendo esta a área de atuação da equipe de Reabilitação Profissional do INSS.

2.4 A qualificação profissional constitui-se em uma forma de preparação dos segurados para o exercício de novas atividades laborativas compatíveis com suas limitações, aptidões e experiências, visando a reinserção no mercado de trabalho e a reintegração na vida comunitária, o que reduz o tempo de permanência dos segurados nos benefícios por incapacidade e gera economia nos gastos previdenciários. Em outras palavras, o não fornecimento dos cursos de qualificação profissional traz prejuízos ao desenvolvimento do processo de reabilitação profissional e reinserção dos segurados no mercado de trabalho, impossibilitando assim o cumprimento dos objetivos do Programa.

2.5 A permanência destes casos em benefício por incapacidade temporário ou permanente, ainda, acarreta custo ao erário já que a cessação de tais benefícios é condicionada a conclusão do programa. Assim, a Reabilitação Profissional viabiliza o retorno da maior parte desses segurados ao mercado de trabalho, o que resulta em redução no custos de pagamento de benefício e aumento do recebimento de contribuição evidenciária, uma vez que esses beneficiários readquirem a condição de contribuinte.

2.6. O INSS não dispõe em sua estrutura de capacidade física e técnica para preparação e qualificação profissional de seus beneficiários em Programa de Reabilitação Profissional, fazendo-se necessária a contratação de empresas especializadas.

2.7. Cabe frisar que a disponibilização de vagas de cursos nos programas de gratuidades, bem como aquelas previstas em processos de acordos de cooperação técnica em andamento são insuficientes para atender à demanda existente para qualificação no âmbito do Programa de Reabilitação Profissional. Ressalte-se que

2.8 Desta forma, os serviços são necessários e imprescindíveis para garantir o atendimento da demanda de segurados acompanhados pela equipe de Reabilitação Profissional desta Superintendência Regional Sul, para retorno ao mercado de trabalho, garantindo assim a eficácia do programa.

2.9 Ante ao exposto, justifica-se a essencialidade do objeto da presente contratação e o relevante interesse público, no tocante ao Programa de Reabilitação Profissional, conforme o art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

2.10 Neste processo constam 08 (oito) segurados em programa de RP aguardando a concessão deste serviço para o andamento e conclusão de seus processos, sendo que os quantitativos e respectivos itens estão discriminados no tópico 7 do presente documento.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Reabilitação Profissional da Superintendência Sul	Letícia Lopes Soares
Coordenação de Benefícios da Superintendência Regional Sul	André Luís Pontes

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2 O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, não continuado, no entanto não será utilizado o pregão e sim a dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em virtude do valor a ser despendido.

4.3 No âmbito da Superintendência Regional Sul consta em planejamento outro processo de Contratação Direta, de mesma natureza do objeto em questão, para o exercício financeiro do ano de 2023, porém sob Inexigibilidade de Licitação, SEI 35014.333193/2023-11.

4.4 Os contratos terão vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, com base no art. 6º, Inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A instituição deve estar preparada para acolher todas as formas de deficiência contando com acessibilidade plena conforme a Lei nº 10.098 de 19/12/2000.

4.6 De acordo com a Lei 14.071/2020 (Código de Trânsito Brasileiro), os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos doze meses.

4.7 Em caso de reprovação do segurado nos exames, teórico e/ou prático, caberá a realização de termo aditivo, para complementação de recurso orçamentário e assim pagamento de novas taxas, apenas quando não configurada a recusa passiva ao Programa de Reabilitação Profissional. Nesta situação, o Profissional de Referência deverá apresentar justificativa fundamentada. Nas demais situações, o ônus ficará a encargo do próprio interessado, devendo o mesmo responsabilizar-se pelos custos junto ao Centro de Formação de Condutores /DETRAN.

4.8 A contratada deverá:

4.8.1 Apresentar a proposta com valor mais vantajoso para a Administração;

4.8.2 Estar regular com a documentação referente à habilitação, ou seja, os seguintes cadastros:

4.8.2.1 SICAF;

4.8.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

4.8.2.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

4.8.2.4 Certidão de comprovação da regularidade trabalhista.

4.9 A Consulta aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Os Centros de Formação de Condutores são escolas credenciadas pelos departamentos de trânsito, que têm por objetivo a capacitação do cidadão para a condução de veículo automotor, mediante a aplicação de aulas teóricas e práticas, para a obtenção da CNH. Tal habilitação consiste em pré-requisitos para determinadas atividades profissionais, além de ampliar as possibilidades junto ao mercado de trabalho, o que vem de encontro aos objetivos da Reabilitação Profissional.

5.2 Os valores praticados pelos Centros de Formação de Condutores seguem padronização fixada pelos DETRANS de cada estado, assim estes devem estar em consonância com os praticados no mercado.

5.3 Em relação aos cursos de Transporte Coletivo de Passageiros e Transporte Escolar, as instituições a serem contratadas deverão atender aos requisitos legais estabelecidos pelas autoridades competentes. Esses requisitos podem incluir a necessidade de licenciamento, autorização ou certificação para ministrar os cursos, como:

- Registro e autorização: A instituição que deseja oferecer cursos de transporte coletivo deve estar regularizada junto aos órgãos competentes, como o Ministério da Educação (MEC) e/ou Secretaria de Educação do estado ou município. É necessário obter autorização para a oferta dos cursos.
- Credenciamento do corpo docente: Os professores ou instrutores responsáveis por ministrar os cursos devem atender aos requisitos de formação e qualificação exigidos pela legislação. Podem ser exigidos diplomas de ensino superior na área pertinente, experiência profissional comprovada ou certificações específicas.
- Conteúdo programático: Os cursos de transporte coletivo devem contemplar um conteúdo programático adequado, abrangendo temas como legislação de trânsito, direção defensiva, normas de segurança, operação de veículos, atendimento ao público, entre outros assuntos relevantes para a atividade.
- Carga horária e duração: A legislação pode estabelecer requisitos mínimos de carga horária e duração dos cursos de transporte coletivo, com o objetivo de garantir que os alunos recebam um treinamento adequado e abrangente.
- Avaliação e certificação: Ao final do curso, é comum que os participantes sejam submetidos a uma avaliação para verificar o conhecimento adquirido. Aqueles que atingem os critérios estabelecidos recebem um certificado ou diploma de conclusão do curso.

5.4 No Brasil, existem diversas instituições que oferecem cursos de transporte escolar e coletivo. Alguns exemplos incluem:

- SEST SENAT (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte): O SEST SENAT é uma instituição voltada para o desenvolvimento profissional e social dos trabalhadores do setor de transporte. Eles oferecem cursos de capacitação para motoristas de transporte escolar e coletivo em diversas unidades pelo país.
- Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial): O Senai possui unidades espalhadas por todo o Brasil e oferece cursos de formação profissional em várias áreas, incluindo transporte. Em algumas localidades, eles podem oferecer cursos de transporte escolar e coletivo.
- Detran (Departamento Estadual de Trânsito): Os Departamentos Estaduais de Trânsito, presentes em cada estado brasileiro, muitas vezes oferecem cursos de capacitação para motoristas, incluindo cursos específicos para transporte escolar e coletivo.
- Empresas de transporte: Algumas empresas de transporte coletivo ou escolar podem oferecer cursos internos para seus motoristas, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos específicos para as atividades desempenhadas.
- Instituições de ensino técnico e profissionalizante: Escolas técnicas e institutos de educação profissional podem oferecer cursos específicos para motoristas de transporte escolar e coletivo, preparando-os para atuar nessas áreas de forma segura e eficiente.

5.5 Em consulta ao sítio eletrônico do DETRAN/PR identificou-se que no município de Londrina apenas o SEST SENAT está credenciado junto ao órgão para a oferta do curso de Transporte Coletivo de Passageiros e Transporte Escolar. Já em Umuarama, além do SEST SENAT a empresa Auto Escola Umuarama disponibiliza tais cursos.

5.6 O “Sistema S” é um conjunto de entidades brasileiras voltadas para o desenvolvimento e capacitação profissional em diferentes setores. Essas entidades são financiadas por contribuições compulsórias das empresas e têm como objetivo promover a qualificação profissional, o empreendedorismo, a inovação, a assistência social e outras atividades relacionadas.

5.7 O SEST SENAT compõe o “Sistema S” e têm por missão regimental o ensino profissionalizante, não possuem fins lucrativos e gozam de imunidade e renúncia fiscal por parte do governo.

5.8 Dentro de sua especificidade possui renome nacional, reconhecido no mercado. Oferece cursos de qualidade e de forma satisfatória, proporcionando o retorno de muitos segurados ao mercado de trabalho formal, melhorando a qualidade de vida e de trabalho dos segurados atendidos por esta autarquia.

5.9 O levantamento de mercado tem a finalidade de identificar quais as soluções existentes atendem aos requisitos da contratação. Em relação aos itens a serem contratados, cabe ressaltar que o Departamento de Trânsito de cada estado fixa os valores das taxas correspondentes aos seus serviços, bem como credenciam os Centro de Formação de Condutores e instituições/entidades que realizam a capacitação do cidadão para a condução de veículo automotores, além do credenciamento de laboratórios para a realização do exame toxicológico.

5.10 A pesquisa foi realizada junto aos fornecedores e em sítios eletrônicos especializados. Para as categorias D e E, os valores expressos não incluem a taxa de Exerce Atividade Remunera - EAR e Exame Toxicológico, sendo estes cobrados a parte.

5.11 Quanto aos cursos de Transporte Escolar e Transporte Coletivo de Passageiros cumpre informar que a pesquisa de preço foi realizada apenas com as instituições cadastradas junto ao DETRAN, razão pela qual justifica-se o limite da pesquisa.

5.12 Em relação análise crítica dos valores, os quadros abaixo detalham os preços praticados no mercado e a média simples dos fornecedores, sendo esta utilizada para a estimativa de preço. Os detalhes da pesquisa encontram-se pormenorizados no Anexo I deste documento, como a fonte e data de consulta.

5.13 Quadro com soluções de mercado:

5.13.1 Valores referentes a primeira habilitação/troca de categoria.

ITEM	LOCALIDADE	SEGURADO	RECURSO	EMPRESA	VALOR R\$	MÉDIA R\$
1	Sarandi - PR	EDSON XXXXXXX	Categoria E	Autoescola Sarandi	2300,00	2133,00
				CFC Rio de Janeiro	2100,00	
				Santiago	2000,00	
2	Maringá - PR	JOSIAS XXXXXXX	CNH categoria B (PCD /especial)	CFC Universo	3200,00	2825,00
				CFC Mandacarú	2450,00	
3	Mandaguari - PR	CLEYTON XXXXXXX	CNH categoria B	Auto escola Inovação	2850,00	2750,00
				Anthony Autoescola	2500,00	
				Autoescola Afonso's	2900,00	
4	Iporã - PR	DIONE XXXXXXX	CNH categoria B	Auto escola Florença	2850,00	2850,00
5	Umuarama - PR	REGINALDO XXXXXXX	Transporte Escolar	Autoescola Umuarama	350,00	325,00
				SEST SENAT Umuarama	300,00	
			Transporte Coletivo de Passageiros	Autoescola Umuarama	350,00	325,00
				SEST SENAT Umuarama	300,00	
6	Londrina - PR	LUIZ HENRIQUE XXXXXXX	Transporte Coletivo de Passageiros	SEST SENAT Londrina	360,00	360,00

7	Palhoça - SC	MAILSON GXXXXXX	CATEGORIA D	Autoescola Dinâmica	2100,00	2016,00
				Transytar Auto escola	1849,00	
				Autoescola Palhoça	2100,00	
8	Nova Prata - RS	MÁRCIO XXXXXXX	CNH categoria D	CFC Dalponte	2905,61	2905,61
	Casca - RS			CFC Zandona	2905,61	

#### 5.13.2 Valores referentes ao exame toxicológico.

EXAME TOXICOLÓGICO	ESTADO	LABORATÓRIO	VALOR R\$	MÉDIA RS
	PARANÁ	LABMAR	161,00	161,34
		CEDLAB	140,00	
		SANTO ANTONIO	183,00	
	SANTA CATARINA	PRO-VIDA	163,00	165,34
		VITHA	150,00	
		TRINDADE	183,00	
	RIO GRANDE DO SUL	HEMOPRIME	197,00	162,34
		MICROLAB	150,00	
		UNIMED NORDESTE RS	140,00	

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A qualificação profissional através da oferta de cursos profissionalizantes, como a concessão de CNH - Carteira Nacional de Habilitação, suas trocas de categorias e cursos especializados, constitui-se em uma forma de preparação dos segurados para o exercício de novas atividades laborativas compatíveis com suas limitações, aptidões e experiências, visando a reinserção no mercado de trabalho e a reintegração na vida comunitária, o que reduz o tempo de permanência dos segurados nos benefícios por incapacidade e gera economia nos gastos previdenciários.

6.2 Ressalta-se que, embora a Formação de Condutores seja caracterizada como um serviço de educação, as instituições de ensino autorizadas e credenciadas junto ao Detran constituem atividade econômica distinta dos demais cursos de qualificação, conforme classificação da subclasse do CNAE (8599-6/01).

6.3 Sobre a Dispensa de Licitação, na Lei da 14.133/2021 há previsão para contratação de cursos profissionalizantes. Conforme Art. 75, inciso XV, é dispensável a licitação: XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

6.4 Acerca da possibilidade de contratação de instituição de ensino na modalidade Dispensa de Licitação, o Parecer 120/2012/GAB/CGMADM/PFE-INSS/PGF/AGU trata a contratação do "Sistema S" como possível, conforme itens 20 a 24. E ainda de acordo com o mesmo parecer, a escolha da instituição se justificaria, também, pela capacidade da instituição e por restar comprovado que não ocorrerá prejuízo ao erário, vez que os preços ofertados pelo SEST SENAT estão dentro do aceitável, conforme levantamento de mercado e pesquisa de preços realizada.

6.5 A equipe de Reabilitação Profissional considera que esta contratação obedece aos preceitos e recomendações, como também nos permite manter a qualidade do serviço prestado, bem como, principalmente atender ao contido no art. 62 da Lei 8.213 de 24/11/1991 que dispõe: Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.

6.6 A pretensa contratação atende aos quesitos legais e aos interesses da instituição, em sua missão que é: "Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com objetivo de promover o bem estar social."

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo do presente processo corresponde aos encaminhamentos realizados pelos Profissionais de Referência do âmbito da Reabilitação Profissional da Superintendência Sul do INSS ao LICIT-Cursos- RPSR Sul no ano de 2022 até a presente data, agosto/2023.

### 7.2 Tabela de descrição dos itens

Item	GEX	APS	Localidade de compra	Recurso material	Segurado
1	MARINGÁ	Maringá	Maringá - PR	CNH categoria E + EAR + toxicológico	EDSON XXXXXX
2	MARINGÁ	Maringá	Maringá - PR	CNH categoria B (PCD/Especial - adaptado)	JOSIAS XXXXXX
3	MARINGÁ	Maringá	Mandaguari - PR	CNH categoria B	CLEYTON XXXXXX
4	MARINGÁ	Umuarama	Iporã - PR	CNH categoria B	DIONE XXXXXX
5	MARINGÁ	Umuarama	Umuarama - PR	Transporte Escolar e Transporte Coletivo de Passageiros	REGINALDO XXXXXX
6	LONDRINA	Londrina	Londrina - PR	Transporte Coletivo de Passageiros	LUIZ HENRIQUE XXXX
7	FLORIANÓPOLIS	Palhoça	Palhoça - SC	CNH categoria D + EAR + toxicológico	MAILSON XXXXXX
8	CAXIAS DO SUL	Nova Prata	Nova Prata ou Casca - RS	CNH categoria D + EAR + toxicológico	MÁRCIO XXXXXX

### 7.3 Especificação dos objetos:

Item 1: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida; 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada e taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR.

Item 2: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 45 (quarenta) horas de aulas teóricas; 01 (um) exame teórico; taxa licença aprendizagem; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida. Ressalta-se que a contratação deverá ser realizada com CFC que disponha de carro adaptado, considerando se tratar de CNH PCD/Especial.

Item 3: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 45 (quarenta) horas de aulas teóricas; 01 (um) exame teórico; práticas, taxa licença aprendizagem; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida.

Item 4: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 45 (quarenta) horas de aulas teóricas; 01 (um) exame teórico; práticas, taxa licença aprendizagem; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida.

Item 5: Transporte Coletivo de Passageiros - Curso teórico presencial de 50 horas e Transporte Escolar - Curso teórico presencial de 50 horas.

Item 6: Transporte Coletivo de Passageiros - Curso teórico presencial de 50 horas.

Item 7: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida; 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada e taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR.

Item 8. taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida; 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada e taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 17.995,94

8.1 Com base na pesquisa de preço realizada segue descritivo da estimativa de valores para a contratação:

ITEM	LOCALIDADE	SEGURADO	RECURSO	MÉDIA R\$	EX. TOX. R\$	EX. MÉDICO ESP. R\$	EMIÇÃO CNH R\$	EAR R\$	TOTAL R\$
1	Sarandi - PR	EDSON XXXXXXX	Categoria E	2133,00	161,34	NA	NA	300,00	2594,34
2	Maringá - PR	JOSIAS XXXXXXX	CNH categoria B (PCD/especial)	2825,00	NA	117,31	NA	NA	2942,31
3	Mandaguari - PR	CLEYTON XXXXXXX	CNH categoria B	2750,00	NA	NA	NA	NA	2750,00
4	Iporã- PR	CLEYTON XXXXXXX	CNH categoria B	2850,00	NA	NA	NA	NA	2850,00
4	Umuarama - PR	REGINALDO XXXXXXX	Transp. Escolar	325,00	NA	NA	NA	NA	325,00
			Transp. Coletivo de Passageiros	325,00	NA	NA	NA	NA	325,00
5	Londrina - PR	LUIZ HENRIQUE XXXXXXX	Transp. Coletivo de Passageiros	360,00	NA	NA	NA	NA	360,00
7	Palhoça - SC	MAILSON XXXXXXX	CATEGORIA D	2016,00	165,34	NA	NA	300,00	2481,34
8	Nova Prata - RS	MÁRCIO XXXXXXX	CNH categoria D	2905,61	162,34	NA	NA	300,00	3367,95
	Casca - RS								
TOTAL									17995,94

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Por se tratar de dispensa de licitação, já justificada nos itens 4, do campo "Necessidade" e no item 6 do campo "Solução", não há que se discorrer sobre os parâmetros norteadores principais para o parcelamento do objeto /solução, quais sejam, ganho em escala e competitividade.



9.2 A eventual divisão do serviço a ser contratado, entre instituições, causaria uma inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda da economia de escala.

9.3 Além disso, a divisão da contratação por instituições tornaria a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face do reduzido quadro de servidores. Logo, é proficiente aprofundar sobre a gestão do contrato a ser celebrado entre as partes, com vistas a melhor forma coordenação e controle por parte da Administração.

9.4 Afora os aspectos técnicos, fica sopesada a dificuldade na execução da contratação de forma parcelada, haja vista que o objeto da presente contratação prescrevem padronização e regularidade.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não há em vigor contratação correlata/interdependente com o objeto em questão no âmbito da Superintendência Regional Sul

10.2 Ressalta-se que, embora a Formação de Condutores seja caracterizada como um serviço de educação, as instituições de ensino autorizadas e credenciadas junto ao Detran constituem atividade econômica distinta dos demais cursos de qualificação, conforme classificação da subclasse do CNAE (8599-6/01).

10.3 Enfatiza-se que a presente contratação está dentro do limite estabelecido no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, R\$ 57.208,33 (valor atualizado pelo decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022), justificando-se a possibilidade de Contratação Direta por Dispensa de Licitação neste processo.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A contratação do presente serviço está alinhada com os objetivos contidos no Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2020/2023, aprovado pela Resolução nº 2/CEGOV /INSS de 31 de dezembro de 2019, quais sejam: aperfeiçoar a aplicação dos recursos; e garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários. Além disso, a contratação encontra respaldo no Plano de Ação para o ano de 2023, aprovado pela Resolução nº 15/CEGOV /INSS, de 24 de janeiro de 2022, e ratificado pela Resolução nº 26/CEGOV/INSS, de 27 de dezembro de 2022, que apresenta como objetivo estratégico “aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral”.

11.2 Conforme Relatório de Itens do Plano de Contratações Anual - PCA 2023, UASG 510181, DFD 10 /2022, Anexo III, o valor aqui encontrado faz parte da Programação Orçamentária da Reabilitação Profissional da Superintendência Regional Sul/Reabilitação Profissional.

11.3 Cumpre informar que, o Plano Diretor de Logística Sustentável do Instituto Nacional do Seguro Social está em fase de construção, processo SEI 35014.411903/2021-81. Desta forma, não há que se falar em conformidade no presente processo.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa ao INSS, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação de mão de obra especializada, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2 Ressalta-se os benefícios diretos e indiretos almejados pelo INSS com a contratação, entre os quais a economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Tais benefícios serão obtidos pelo fato de que a conclusão de cursos para o segurado é essencial para que o mesmo tenha condições de cumprir o Programa de Reabilitação Profissional garantir sua reinserção no mercado de trabalho.



12.3 Além disso, ao favorecer o retorno dos segurados ao mercado de trabalho a partir da qualificação profissional, verifica-se como benefícios da contratação a economia nos gastos públicos com benefícios por incapacidade, uma melhor eficácia e eficiência do Programa de Reabilitação Profissional, e, assim, o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente do INSS, considerando que as atividades de execução serão desenvolvidas em unidade própria da empresa contratada.

13.2 O INSS nomeia servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, estes dois últimos conforme a necessidade, nos termos da IN/SEGES/MP nº 05/2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto.

13.2.1 Para a indicação dos servidores que atuarão como Gestor e Fiscal Técnico, a gestão deve considerar a necessária capacitação ou conhecimento técnico na área do contrato

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não verifica-se neste processo impactos ambientais. A empresa contratada deverá estar atenta às práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

14.2 Em consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU, não foi identificado que a atividade objeto desta licitação se enquadra como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica e economicamente viável, uma vez que atende as necessidades da Reabilitação Profissional da Superintendência Regional Sul.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2023 às 14:55:40.

**JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/09/2023 às 15:10:22.*

**LETÍCIA LOPES SOARES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/09/2023 às 15:22:19.*